As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea

Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo

Introdução

O conceito de classe teve um lugar central na teoria social durante muito tempo. Na tradição marxista, ele sempre foi um conceito chave para a compreensão das sociedades capitalistas, de seus conflitos e transformações. Na tradição weberiana, ele é essencial para apreender uma das dimensões da distribuição de poder na sociedade. Essas tradições fundaram as premissas das teorias de classe contemporâneas.

Do ponto de vista dos estudos de classe, foco deste artigo, algumas perspectivas se sobressaem no contexto da sociologia contemporânea. Duas delas propõem construir esquemas de posições de classe de forma a captar as divisões produzidas pelo mercado e pelo processo produtivo e o impacto delas sobre fenômenos sociais diversos. Seus expoentes são John Goldthorpe e Erik Olin Wright. Outra toma as classes como categorias analíticas para a investigação do processo de formação de coletividades sociais. A principal referência aqui é Pierre Bourdieu. Tais perspectivas têm influenciado a maior parte da produção teórica e empírica recentes sobre classes. Por outro lado, alguns estudos passaram a contestar seriamente a relevância dos estudos de classe para a investigação da dinâmica das sociedades contemporâneas.

Meu objetivo aqui é duplo. Em primeiro lugar, examino as três perspectivas identificadas acima. Em segundo lugar, tento responder à questão de se as classes são úteis à teoria sociológica e, se o forem, como podem sê-lo.

No Brasil, a análise de classe tem uma tradição que acompanhou, mesmo que fora de compasso e com menor intensidade, a emergência de novas perspectivas analíticas. Valiosos balanços bibliográficos já foram produzidos tentando captar dimensões distintas da produção de classe. Destaco alguns deles. Guimarães (1999) investiga a produção sociológica sobre classes feita especificamente no Brasil, especialmente os estudos que dialogam com a tradição sociológica marxista. Silva (1999), por sua vez, discute maneiras distintas de operacionalizar os estratos sociais de forma a medir os movimentos entre eles. Scalon (1999) aborda o campo de análise de classes comparando criticamente as perspectivas de Erik Olin Wright e John Goldthorpe.

Este artigo difere desses balanços ao considerar o seguinte aspecto: de que o principal eixo que estrutura o campo da análise de classes atualmente é um que opõe, de um lado, as abordagens que enfocam a construção de esquemas de posições de classe com base em dimensões objetivas e, de outro, as abordagens que tomam as classes como (possíveis) coletividades sociais, trazendo ao centro da investigação as práticas de classificação dos atores sociais.

A Perspectiva de Análise de Classe no Programa de Nuffield

A partir da década de 1960, os estudos sobre estratificação social na Sociologia britânica tiveram como base acadêmica principal o Colégio de Nuffield, que abriga o Departamento

de Sociologia na Universidade de Oxford – e, em menor medida, a Universidade de Essex. Nuffield é considerado o principal núcleo de estudos sobre estratificação social na Grã-Bretanha desde meados da década de 1980, tendo coordenado e realizado pesquisas comparativas em escala internacional sobre estruturas de classe, mobilidade social e progresso educacional.[1]

A gênese e a dinâmica desse conjunto de estudos baseados em Nuffield estão ligadas a uma apropriação peculiar da teoria sociológica clássica e aos embates com a teoria e pesquisa sobre estratificação social levadas a cabo nos Estados Unidos.

Nessa última, a estratificação das sociedades modernas é concebida em termos de um sistema de papéis sociais funcionalmente diferenciados e hierarquizados segundo sua importância para o funcionamento do sistema social (Parsons, 1964). Sob essa perspectiva, a estratificação social pode ser entendida como um mecanismo de integração social. A hierarquia de funções e os diferenciais de recompensas materiais e simbólicas expressam valores institucionalizados no sistema social e internalizados pelos atores sociais (Davis e Moore, [1945] 1996).

Os estudos mais recentes sobre o tema nos Estados Unidos (especialmente aqueles de Otis Blau, Peter Duncan e Donald Treiman) foram bastante influenciados pela teoria funcionalista. Em geral, tais estudos salientam que os processos alocativos no sistema social seriam crescentemente conformados pelos valores do "universalismo" e do "desempenho" (componentes dos dilemas de orientação parsonianos), sob o impacto dos imperativos funcionais associados aos processos de industrialização e diferenciação social. Em tais estudos, as ocupações são distribuídas em uma escala e hierarquizadas segundo variáveis socioeconômicas (especialmente renda e qualificação educacional), pois se concebe que os diferenciais de renda e educação expressariam expectativas de recompensas materiais e simbólicas conformadas pelos valores institucionalizados no sistema social (Blau e Duncan, 1967; Treiman, 1977).[2]

Diferentemente, a teoria e pesquisa sobre estratificação social (mais especificamente, os estudos sobre classe) na Sociologia britânica foram em grande parte influenciadas pela tradição sociológica clássica, conformada pelas teorias marxista e weberiana. A influência marxista direcionou o foco de muitos estudos para grupos de trabalhadores manuais e para a possível constituição deles como atores coletivos (Lockwood, [1960] 1996). Foi, no entanto, a teoria weberiana (e os modos como foi apropriada) que inspirou mais diretamente os modelos teóricos e os aparatos conceituais que deram fundamento às proposições e pesquisas nessa área.

Como aspecto mais geral da influência weberiana (Weber, 1982), a famosa distinção entre classe, *status* e partido foi apropriada como uma forma de diferenciar as diversas dimensões da estratificação social e de acentuar a possibilidade de conflitos em torno das diferentes formas de distribuição de poder. Com base nisso, a perspectiva norte-americana sobre estratificação social foi criticada por reduzir a estrutura social a seus componentes normativos (*status*), marginalizando, dessa forma, os componentes materiais (Scott, 1996). Essa ênfase sobre a dimensão normativa – que conforma as expectativas de recompensas materiais e simbólicas – impediria que se captasse o elemento do conflito gerado pela escassez (Crompton, 2003).

Na perspectiva mais sintética, baseada na teoria weberiana, a estratificação social é concebida como uma estrutura conformada por componentes materiais e normativos que se interconectam empiricamente. Com base nesse entendimento, a distinção weberiana entre situação de classe e classe social foi apropriada como uma forma de investigar como as relações econômicas que estruturam diferentes situações

de classe se conectam a relações não-econômicas. O conceito de classe social permitiria, portanto, captar a imbricação empírica entre classe e *status*.[3]

A essa vertente de intenção sintética, podemos contrapor outra que sublinhou as dimensões instrumental e coercitiva da vida social com base na obra weberiana. Destaco a obra de Frank Parkin (1975). Nela, a estrutura social das sociedades modernas é conformada por duas estratégias antagônicas. Uma delas é a estratégia de *monopolização*, em que os indivíduos e grupos em posições sociais privilegiadas mobilizam mecanismos de fechamento social para restringir o acesso a essas posições e aos recursos e recompensas associadas a elas. Por outro lado, os indivíduos e grupos excluídos de posições sociais privilegiadas buscariam ampliar o acesso a recursos socialmente valorizados, através de estratégias de *usurpação*.

Os estudos sobre estratificação social baseados em Nuffield foram conformados pelas distintas formas de apropriação da obra weberiana na Sociologia britânica. Enfatizou-se a distinção entre as formas de distribuição de poder e o componente do conflito entre os atores sociais por recursos e posições sociais valorizadas.[4] Igualmente importante, nota-se, em tais estudos, uma oscilação entre as duas formas principais de apropriação da teoria weberiana, aquela mais sintética e a outra que enfatiza as dimensões instrumentais e coercitivas da vida social. Ao longo do tempo, as preocupações sintéticas deram lugar a uma teorização unidimensional, baseada na teoria da ação racional.

John Goldthorpe e seus colaboradores têm produzido os principais estudos de classe dentro daquilo que foi denominado de Programa de Nuffield (Goldthorpe e Marshall, [1992] 1997). Com exceção dos estudos sobre os trabalhadores afluentes (que enfocaram as teses sobre a diluição da fronteira entre trabalho manual e não-manual – Lockwood *et al.*, 1969), seus estudos de classe enfocaram a construção de um esquema de posições de classe que captasse as principais divisões produzidas pelo funcionamento do mercado e sistema produtivo, de forma a investigar o impacto dessas divisões sobre padrões de mobilidade social e progresso educacional. Por isso, esse esquema não tem uma forma hierárquica claramente definida, diferentemente das escalas de prestígio ou de *status* socioeconômico (Goldthorpe, Llewellyn e Payne, 1987; Erikson e Goldthorpe, 1992).

Em um de seus primeiros estudos, Goldthorpe, Llewellyn e Payne (1987) construíram um esquema de posições de classe pela agregação de 36 categorias ocupacionais em termos de situações de mercado e de trabalho (Lockwood, [1958] 1989).

Esse esquema foi parcialmente alterado em estudos posteriores. Neles, as posições de classe dos *empregados* são diferenciadas em termos de *relações de emprego*. Estas tomam a forma de contratos empregatícios, que são utilizados pelos empregadores para lidar com dois tipos principais de problema que emergem nas relações com os empregados: o monitoramento do trabalho e o grau de especificidade do capital humano. Duas formas típicas de contrato empregatício são diferenciadas com base nisso. De um lado, os contratos de *trabalho*, que servem para estabelecer relações de emprego em que o monitoramento do trabalho se dá, em geral, por supervisão direta e em que o capital humano não é escasso – esses são contratos típicos de trabalhadores manuais. Em consequência disso, estabelece-se uma relação de troca simples, relativamente de curta duração, entre esforço e pagamento. De outro lado, os contratos de *serviços*, que regulam as relações de emprego em que o capital humano é bastante específico, dificultando o monitoramento do trabalho. Tais contratos estabelecem relações de emprego de longo prazo com maiores benefícios (como escalas salariais, planos de pensão, estabilidade na posição) e maior autonomia no trabalho, de forma a criar e sustentar um alinhamento de

interesses entre o empregador e o empregado. Formas modificadas ou mistas de contrato são reconhecidas e, como resultado, doze posições de classe são diferenciadas (Erikson e Goldthorpe, 1992; Goldthorpe, 2007a; Goldthorpe e McKnight, 2006) (ver Quadro 1).

Quadro 1
Esquema de Posições de Classe de Erikson e Goldthorpe

Classe		Regulação do emprego
I	Profissionais, administradores e gerentes de nível alto	Relação de serviços
II	Profissionais, administradores e gerentes de nível baixo	Relação de serviços
IIIa	Empregados não-manuais de rotina (nível alto)	Mista
IIIb	Empregados não-manuais de rotina (nível baixo) – geralmente mulheres	Contrato de trabalho
IVa	Pequenos empregadores	–
IVb	Pequenos proprietários, conta própria	–
IVc	Pequenos empregadores rurais	–
V	Técnicos de nível baixo e supervisores de trabalho manual	Mista
VI	Trabalhadores manuais qualificados	Contrato de trabalho
VIIa	Trabalhadores manuais não-qualificados	Contrato de trabalho
VIIb	Trabalhadores rurais	Contrato de trabalho

Fonte: Erikson e Goldthorpe (1992).

Os estudos de mobilidade social são centrais nessa perspectiva analítica. Quando medidas em termos absolutos (fluxos empiricamente observáveis de entrada e de saída das posições de classe), as taxas de mobilidade social permitem revelar graus variados de associação, ao longo do tempo, entre indivíduos e famílias, de um lado, e posições de classe, de outro.

Graus elevados de associação demográfica podem facilitar a emergência de identidades culturais e políticas comuns entre os indivíduos em uma mesma posição de classe e com trajetórias sociais similares. Quando medidas em termos relativos (que controlam os efeitos das variações no tamanho das categorias de origem e destino), as taxas de mobilidade social permitem calcular as chances de indivíduos de diferentes origens de classe alcançarem certos destinos sociais. Nesse sentido, servem como um indicador do grau de abertura ou fluidez de uma sociedade (Kurz e Muller, 1987; Goldthorpe, Llewellyn e Payne, 1987; Erikson e Goldthorpe, 1992, 2002).

Talvez os resultados empíricos mais importantes produzidos por essa perspectiva analítica se refiram às evidências de regularidades macrossociais, ou seja, a persistência de diferenciais de progresso educacional e de chances de mobilidade social em termos de posições de classe. Em outras palavras, isso quer dizer que, ao longo das décadas (na Grã-Bretanha e em outras sociedades capitalistas avançadas), as chances de indivíduos de diferentes origens sociais alcançarem destinos sociais relativamente privilegiados e percorrerem as trajetórias educacionais que levam a qualificações educacionais valorizadas permaneceram extremamente desiguais (Erikson e Goldthorpe, 1992). Por isso, nos últimos anos, a produção teórica nessa perspectiva tem-se voltado para a construção de um modelo teórico que permita explicar tais regularidades macrossociais. Para esses autores,

o objeto da teoria sociológica deve ser não a mudança social, mas sim a explicação da estabilidade de classe, ou melhor, da poderosa resistência a mudanças demonstrada pelas relações de classe e chances de vida associadas a elas (Goldthorpe e Marshall, [1992] 1997; Breen e Rottman, 1995; Goldthorpe, 2007a). Argumenta-se, com base no *individualismo metodológico*, que a explicação das regularidades macrossociais deve ser buscada na dimensão microssocial, isto é, aquelas devem ser vistas como o resultado de ações individuais.

Uma versão da teoria da ação racional é formulada para dar conta dos processos de decisão que ocorrem no nível microssocial e que sustentam as regularidades observadas no nível macrossocial. A versão proposta por Goldthorpe assume uma racionalidade de força *intermediária*, quer dizer, postula uma racionalidade do tipo subjetiva e situacional. Os fins da ação não são incorporados na teoria (portanto, são exógenos) e concebe-se que os indivíduos agem com base em *crenças* derivadas de informações disponíveis nos contextos de ação (que são "incompletas"), abandonando-se a proposição do conhecimento perfeito. Além disso, assume-se que as situações de ação são tão complexas que a maximização de interesses não é possível. Por isso, considera-se que os indivíduos agem racionalmente quando *satisfazem* o critério de eficiência à luz das crenças construídas com base nas informações disponíveis em contextos de ação diversos. As principais proposições desse modelo teórico afirmam que os indivíduos têm objetivos, meios alternativos para persegui-los e, ao escolherem entre cursos de ação, tendem a avaliar seus custos e benefícios relativos (Goldthorpe, 1996a, 2007a).

A análise de classe oferece para esse modelo teórico os elementos para a construção do ambiente condicional em que o ator racional age, ambiente esse conformado pela estrutura de oportunidades e constrangimentos que confronta o ator externamente (os recursos potencialmente disponíveis, a probabilidade de sucesso ou fracasso em um dado curso de ação, os custos e benefícios prováveis etc.) Uma vez conhecidos os contornos principais desse ambiente e dado o pressuposto de que a ação orienta-se pela norma da eficiência econômica, os fins da ação podem, então, ser vistos como formas de *adaptação eficiente* às pressões condicionais. Nesse sentido, as escolhas dos indivíduos podem ser entendidas como *estratégias adaptativas* diante da estrutura de oportunidades que determina os custos e benefícios relativos de diferentes cursos de ação (Goldthorpe, 1996a, 2007a).

Assim, por exemplo, no caso dos filhos da classe trabalhadora, deixar a escola após o período de estudos obrigatórios e optar por um curso profissionalizante que leve a um ofício manual seriam escolhas racionais (senão as mais racionais e eficientes) diante da estrutura de oportunidades que se impõe sobre essa posição de classe: recursos escassos relativamente aos custos prováveis de períodos mais longos de estudo, rendimentos de trabalho decrescentes ao longo do tempo no seio familiar, especialmente no período em que os custos da educação dos filhos se tornam potencialmente maiores (associados à entrada no ensino superior), riscos relativamente maiores associados ao possível fracasso do filho em trajetórias educacionais mais ambiciosas, pois isso impediria o ingresso em posições de classe superiores e tornaria menos provável a obtenção posterior de trabalho manual. Diferentemente, no caso daqueles com origens sociais em posições de classe mais elevadas (como a classe de serviços), a escolha por trajetórias mais ambiciosas e prolongadas, redundando em qualificações educacionais valorizadas, seria a escolha mais racional: a probabilidade de desemprego de longa duração é menor, os rendimentos do trabalho são progressivos ao longo do tempo (portanto, os custos adicionais produzidos pelo "prolongamento dos

estudos" impactariam relativamente menos), os riscos de fracasso educacional podem ser compensados mais facilmente com a mobilização de outros tipos de recursos (redes sociais, capital econômico), evitando, com isso, o risco de mobilidade descendente.

O Programa de Nuffield tem influenciado um conjunto de pesquisas sobre estratificação social e também tem sido alvo de diversas críticas. Enquanto alguns autores argumentam que o esquema de classes de Goldthorpe capta adequadamente as divisões sociais resultantes das relações de emprego nas sociedades capitalistas avançadas – tomando este esquema como o mais adequado para apreender os "efeitos de classe" sobre um conjunto de fenômenos sociais (Marshall *et al.*, 1989; Evans, 1992; Breen e Rottman, 1995) –, outros afirmam que este não é o caso. Scott (1996, 2000, 2002), Scott e Morris (1996) e Edgell (1993) criticam o esquema e, de forma mais geral, a perspectiva de análise de classe vista até aqui por não incorporar adequadamente as relações de propriedade e o processo de formação da "classe superior" (formada por grandes proprietários capitalistas e rentistas). A literatura feminista, por sua vez, considera inadequada a estratégia metodológica de considerar a família como unidade de análise e derivar a posição dela daquela do chefe de família, além de enfocar as trajetórias de homens adultos nos estudos sobre mobilidade social. Esse tipo de visão impede que se capte como a segmentação do mercado de trabalho em termos de gênero conforma a estrutura de classes e os padrões de mobilidade social (Witz, 1995; Crompton, 1995, 1996, 2003).[5]

Igualmente relevante tem sido o enorme debate em torno da natureza e orientações políticas da classe de serviços. De um lado, Goldthorpe utiliza este conceito para abarcar em uma mesma posição de classe ocupações gerenciais e profissionais, com base no argumento de que os indivíduos nessas ocupações teriam uma orientação essencialmente conservadora do ponto de vista político, porque se orientariam para a manutenção de suas posições sociais privilegiadas (Goldthorpe, 1995). De outro lado, alguns autores sustentam uma perspectiva analítica que diferencia frações profissionais, gerenciais e empresariais em termos do controle de ativos produtivos. O ponto chave do argumento é que, das diferentes propriedades relacionais desses ativos (em termos da capacidade de acumulação, grau de convertibilidade e mobilidade espacial etc.) emergiriam diferentes padrões de mobilidade social e geográfica, orientações políticas, estilos de vida, entre outros (Savage, 1988; Savage *et al.*, 1992; Butler e Savage, 1995).

Note-se, enfim, que a incorporação da análise de classe dentro do modelo teórico da teoria da ação racional teve consequências paradoxais. Por um lado, tendo como função especificar componentes do referido modelo teórico, a análise de classe ganhou um fundamento mais sólido no campo neoweberiano (aquele constituído pelo Programa de Nuffield) se comparado com outro baseado puramente na capacidade de produção empírica da análise de classe – correlações significativas entre posições de classe e um conjunto de outros fenômenos sociais (Goldthorpe e Marshall, [1992] 1997). Por outro lado, dados os pressupostos especificados pelo modelo teórico da ação racional, o escopo da análise de classes é reduzido à reconstrução do *ambiente condicional* que estrutura a ação e à investigação de regularidades macrossociais. Enquanto os estudos iniciais tentaram construir uma perspectiva analítica sintética, centrada na investigação dos processos de formação de coletividades de classe (Lockwood *et al.*, 1969; Goldthorpe, Llewellyn e Payne, 1987), a teorização recente no Programa de Nuffield tornou-se essencialmente unidimensional, enfatizando, ao modo dos estudos de Frank Parkin, a *instrumentalidade* da ação social e a natureza *coercitiva* da ordem

social. Embora Goldthorpe sublinhe que a teoria da ação racional incorpora sistematicamente a capacidade de escolha dos atores sociais, o que se sobressai no modelo explicativo exposto anteriormente são atores sociais *adaptando-se* ao ambiente externo. De fato, vemos atores sociais fazendo "escolhas" entre cursos de ação que já estão predeterminadas de antemão: as mais eficientes diante da estrutura de oportunidades que se impõe a partir de fora. Mais do que adaptação, a capacidade de agência tem a ver com os esforços dos atores sociais por *moldarem* o ambiente externo de modo a materializarem, parcialmente, estruturas internalizadas (padrões normativos). Goldthorpe marginaliza esses elementos em sua análise e pressupõe que a ação é essencialmente racional e orienta-se para um ambiente *externo* que a estrutura através de um sistema de recompensas e punições, assim a *voluntariedade* da ação desaparece. A ação torna-se *mecânica*, quer dizer, movida por fatores puramente externos aos atores sociais.

Os estudos de classe no campo neomarxista

Dois desafios importantes atingiram o campo teórico marxista nas últimas décadas do século passado. Um deles decorreu da crescente complexidade da estrutura social nas sociedades capitalistas avançadas devido à constituição e ampliação de uma camada gerencial e profissional. Na tradição marxista, argumentou-se que o processo de reprodução capitalista tenderia a polarizar a estrutura social em torno das posições de capitalistas e trabalhadores. Essa divisão estrutural tenderia a se materializar em uma polarização política (e boa parte dos esforços de teóricos marxistas voltou-se para a explicação dos processos que medeiam essa passagem), que resultaria na superação revolucionária do capitalismo (Marx e Engels, 1998). Outro desafio dizia respeito à emergência de novos atores coletivos que não tinham base no proletariado e, mais do que isso, formas de ação coletiva que não pareciam expressar o conflito entre capital e trabalho (Offe, 1985).

Os teóricos marxistas tentaram lidar com essas questões de maneiras diversas (Poulantzas, 1979; Carchedi, 1977; Crompton e Gubbai, 1977). A estratégia de Erik Olin Wright tenta superar o argumento da polarização estrutural e política. A escolha por analisar mais detidamente os estudos de Wright baseia-se no fato de que este autor vem conduzindo o empreendimento teórico e empírico de maior fôlego no campo neomarxista da análise de classe.[6]

A atual perspectiva analítica do autor foi construída com base na substituição do enfoque de seus estudos anteriores sobre relações de dominação (Wright, [1976] 1996) por outro em que o conceito de exploração – que é, para ele, a característica distintiva de uma teoria marxista de classe (*idem*) – tem lugar central. Tal perspectiva foi primeiramente apresentada em *Classes* (1985) e seus fundamentos têm como base o esquema teórico de John Roemer (1982), um autor marxista que tentou dar conta das relações de exploração utilizando uma versão da teoria dos jogos. Seguindo as linhas gerais dos argumentos de Roemer, Wright afirma que as relações de exploração em qualquer sociedade têm como base as *relações de propriedade de ativos produtivos*. As relações de exploração são definidas com base no critério da *opressão econômica*, segundo o qual o bem-estar material da classe exploradora depende causalmente da privação da classe explorada do controle de ativos produtivos, e com base no critério da *apropriação*, segundo o qual o bem-estar material da classe exploradora depende causalmente do esforço da classe explorada (Wright, 1985, 1997).

As localizações de classes são "posições dentro das relações sociais de produção..." (Wright, 1989, p. 13). Um modo de produção é definido com base nas relações de propriedade do ativo produtivo socialmente relevante.

Em dada formação social, no entanto, há mais de um ativo que está desigualmente distribuído, definindo eixos diversos de exploração. Em outros termos, em uma formação social articulam-se diferentes modos de produção e mecanismos de exploração. Essa distinção entre modo de produção e formação social (Poulantzas, 1979) permitiria dar conta da complexidade estrutural das sociedades capitalistas. Em formações desse tipo, embora o mecanismo de exploração capitalista seja dominante e defina a principal relação de classe, há dois outros mecanismos de exploração operando: um deles se baseia no controle de ativos de organização e o outro no controle de ativos de qualificação (Wright, 1989, pp. 17-23).

As relações de propriedade desses ativos produzem um conjunto de localizações contraditórias na estrutura de classes das sociedades capitalistas – as "novas" classes médias – distintas das duas classes polarizadas com respeito às relações de propriedade propriamente capitalistas (propriedade e controle sobre os meios de produção). Tais localizações são contraditórias com respeito às relações de exploração. De um lado, seus membros detêm ativos que permitem a apropriação de uma parte do excedente socialmente produzido (com base na exploração dos que estão privados dos ativos de organização e qualificação). De outro, estão sujeitos ao mecanismo de exploração tipicamente capitalista, pois têm parte do produto de seu trabalho apropriado pelos proprietários dos meios de produção.[7] Em consequência disso, tais localizações geram orientações políticas ambivalentes, devido aos interesses objetivos potencialmente contraditórios com respeito às formas de luta de classe em tais sociedades (Wright, 1989, pp. 25-7). Pelo fato de estarem na interseção de diferentes mecanismos de exploração, os membros das localizações contraditórias podem defender os interesses da classe capitalista, aqueles da classe trabalhadora ou ainda os interesses específicos que derivam da posição que ocupam dentro das relações sociais de produção.

O esquema resultante possui doze localizações de classe em sua versão mais desagregada. Os proprietários (controladores de ativos de capital) são diferenciados segundo a quantidade de empregados; os não-proprietários, em termos das relações de propriedade dos ativos de qualificação e organização (ver Quadro 2).[8]

Quadro 2
Esquema de Posições de Classes de Wright

Relação com os meios de produção

Número de empregados	Proprietários	Empregados			Relação com autoridade
+10	Capitalistas	Gerentes especializados	Gerentes qualificados	Gerentes não-qualificados	Gerentes
2-9	Pequenos empregadores	Supervisores especializados	Supervisores qualificados	Supervisores não-qualificados	Supervisores
0-1	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores qualificados	Trabalhadores não-qualificados	Não-gerentes
		Especialistas	Qualificados	Não-qualificados	

Relação com recursos escassos

Fonte: Wright (1989, p. 25).

As "novas" classes médias ganharam uma posição estrutural peculiar nos trabalhos de Wright, sendo definidas em função de relações de propriedade de ativos produtivos. Essa conceituação teve implicações para o papel político das classes sociais. O proletariado não aparece mais como o único ator coletivo revolucionário das sociedades capitalistas e nem mesmo como o ator coletivo central e, além disso, o socialismo não é concebido como o futuro provável do capitalismo. Tendo como pressuposto de que os atores sociais se orientam para a ampliação dos retornos de seus ativos produtivos, Wright argumenta que os membros das localizações contraditórias teriam interesse na supressão das relações de exploração a que estão sujeitos em sociedades capitalistas, tornando-se a classe dominante em outro tipo de formação social (Wright, 1989, pp. 23-31).

Precisamente pelo fôlego empírico e teórico dos trabalhos de Wright, críticas foram direcionadas a diversas dimensões de sua obra. Talvez a crítica mais frequente questione a conexão entre relações de propriedade de ativos produtivos e relações de exploração (Burris, 1989; Savage, Warde e Devine, 2005). Embora tais relações de propriedade possam gerar capacidades diferenciais de apropriação do excedente social, não fica claro se há, de fato, relações de exploração, especialmente quando consideramos o controle de ativos de qualificação e de ativos organizacionais. As relações de exploração implicam, como vimos, que os que controlam ativos produtivos não apenas mobilizam estratégias de fechamento social que buscam reproduzir a escassez relativa de seus ativos, mas também se apropriam do trabalho daqueles excluídos do controle desses ativos. Aqueles que controlam ativos de qualificação e organizacionais exploram, de fato, os que estão privados do controle desses ativos ou simplesmente estão em melhores condições de resistir à exploração de seu trabalho? A meu ver, Wright não consegue esclarecer essa questão satisfatoriamente. Em última análise, a perspectiva analítica de Wright não se diferencia muito da perspectiva neoweberiana que enfoca os mecanismos de fechamento social (Parkin, 1995; Murphy, 1988).[9]

Creio, no entanto, que o principal problema da perspectiva de Wright refere-se à conexão entre classe e ação coletiva, pela centralidade dessa questão para a teoria marxista. Wright tenta conectar esses elementos construindo um modelo teórico complexo que distingue um nível micro – apreendido pelos conceitos de localização de classe, consciência de classe e práticas de classes – e um nível macro, conformado pela estrutura de localizações de classe (Wright, 1997, pp. 185-215). O problema é que esse modelo especifica um pressuposto marxista tradicional de que os interesses que orientam a ação são estruturados essencialmente pelo ambiente material conformado pelas relações de produção. Por isso, ele não vai muito além da velha estratégia marxista de ligar classe e ação coletiva pelo elo mediador da consciência de classe (Lockwood, [1981] 1988). Como nos ensina Lockwood (1992), a imagem marxista de uma sociedade dividida em duas classes antagônicas – e da formação de uma classe como um sujeito histórico – implica a existência de fortes elos de solidariedade moral unindo seus membros; porém, a teoria marxista em geral não consegue dar conta da formação desses elos, porque não incorpora sistematicamente os componentes normativos da vida social.

As classes como coletividades sociais

As perspectivas analíticas vistas anteriormente convergem em alguns aspectos importantes (Edgell, 1993; Crompton, 2003). Definem-se critérios semelhantes para captar as principais divisões sociais geradas no âmbito do mercado e da produção. Como a estrutura ocupacional é usada como *proxy*, as posições de classe se assemelham a agregados ocupacionais

que não têm uma forma hierárquica claramente definida. Mais importante, em ambas as perspectivas, a análise de classe é utilizada para captar a estrutura de oportunidades que se impõe diferencialmente sobre os atores sociais, em consequência estruturando de forma diferente suas chances de vida e estratégias de ação.

Diversamente, a perspectiva de classe que veremos a seguir enfoca o processo de formação de coletividades sociais e os modos como elas balizam a sociabilidade cotidiana. Há uma intenção fundamentalmente sintética que se expressa na tentativa de incorporar os componentes objetivos que conformam a estratificação social e as práticas de classificação dos atores sociais.

A principal referência aqui é Pierre Bourdieu. Teoricamente, este autor busca construir uma perspectiva que supere as antinomias clássicas da sociologia: estrutura e ação, material e simbólico, objetivo e subjetivo, estratégico e interpretativo (Bourdieu, 2005a). Tal intenção sintética é explicitada na ruptura com três postulados da tradição marxista:

> [...] ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias [...] em detrimento das *relações* [...] ruptura com o economicismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas do espaço social; ruptura, por fim, com o objetivismo... que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social (Bourdieu, 2005b, p. 133).

Em seu principal trabalho sobre classes sociais, Bourdieu (2002) investiga os determinantes sociais do gosto e, mais especificamente, conecta a capacidade de julgamento estético a posições no espaço das classes sociais.[10] Para captá-los, o autor propõe investigar a gênese do princípio gerador e unificador das práticas sociais (o *habitus*) como produto da incorporação de uma condição de classe e de seus condicionamentos sociais. Classe consiste em um

> [...] conjunto de agentes que estão situados em condições de existência homogêneas impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas homogêneos de disposições capazes de gerar práticas similares e que possuem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, por vezes legalmente garantidas (como posse de bens e poder) ou propriedades incorporadas como *habitus* de classe (e, particularmente, sistemas de esquemas classificatórios)" (Bourdieu, 2002, p. 101; tradução própria).

Nesse sentido, a perspectiva de classe de Bourdieu distingue três dimensões analíticas que se interconectam empiricamente: a dimensão do espaço social, a do *habitus* e a do espaço simbólico.

O espaço social é construído segundo duas dimensões principais: volume e composição do capital (distinguido especialmente em termos de capital econômico e capital cultural), apreendidas sincrônica e diacronicamente. O conceito de capital refere-se a recursos ou poderes "que definem as probabilidades de ganho em um campo determinado" (Bourdieu, 2005b, p. 134). O capital econômico pode ser apreendido em termos de nível de renda, relação com os meios de produção e posses materiais. O capital cultural existe sob três formas distintas, mas inter-relacionadas. Sob a forma incorporada, o capital cultural refere-se ao conjunto de disposições necessárias para apropriação dos objetos da "cultura legítima", adquiridas através da socialização no seio familiar e da educação formal. Como tais disposições são recursos

importantes em carreiras educacionais bem-sucedidas, elas geralmente adquirem uma forma institucionalizada (credenciais educacionais). Além disso, essas disposições são objetivadas através de bens e práticas consumidas em campos sociais diversos.

A dimensão diacrônica do espaço social é conformada pelas trajetórias *modais*, que são as trajetórias percorridas com mais frequência pelos agentes ligando origens e destinos particulares e que representam os modos típicos de apropriação do capital (Bourdieu, 2002, pp. 346-51).

São essas dimensões (volume e composição do capital, e trajetórias modais), segundo Bourdieu, que diferenciam mais fortemente posições relativas no espaço social por conformarem as principais linhas de divisão e conflito em sociedades capitalistas avançadas.[11] Em *Distinction*, vemos que o espaço social (que é, na verdade, um mapa "sociológico" da sociedade francesa dos anos de 1970) é estruturado por dois eixos formando quatro quadrantes. O eixo vertical corresponde ao volume de capital total e o eixo horizontal a duas espécies de capital: à esquerda, o capital cultural, e, à direita, o capital econômico. Bourdieu distingue três grandes classes ao longo do primeiro eixo: classe burguesa (região superior), pequena burguesia (região intermediária) e classe trabalhadora (região inferior). Ao longo do outro eixo, são diferenciadas frações de classe segundo a composição do capital. De um lado (à direita), vemos as frações cujo volume de capital é determinado especialmente pela posse de capital econômico. Do outro lado, estão as frações distinguidas em termos da posse de capital cultural. Por sua vez, o eixo diacrônico diferencia regiões do espaço social em termos das trajetórias coletivas das frações de classe (de decadência ou ascensão) e de seus padrões típicos de recrutamento e composição.

As posições no espaço social diferenciam-se relacionalmente em termos de condicionamentos sociais de diversos tipos (condição de classe), sendo o principal deles a distância relativa à necessidade material. A socialização em uma dada região do espaço social significa que a condição de classe que a diferencia relativamente de outras regiões é incorporada pelos agentes, conformando os *habitus de classe*, que são sistemas de disposições duráveis e transponíveis que orientam as percepções, ações e classificações dos agentes nos diversos campos sociais. Como um sistema de disposições, *habitus* não pode ser confundido com hábito, que implica uma mera repetição ou rotinização de ações. Embora o *habitus* carregue as marcas das estruturas externas, ele delimita, ao mesmo tempo, um espaço para a improvisação e a criatividade dos agentes. As práticas sociais são resultado da interação dessa estrutura internalizada com as estruturas externas, quer dizer, das disposições dos agentes com as lógicas operantes e relações de poder nos diversos campos sociais. Portanto, o *habitus* é, ao mesmo tempo, uma estrutura *estruturada*, por ser produto da incorporação das propriedades relacionais do espaço social, e uma estrutura *estruturante*, por operar como princípios pré-reflexivos que orientam as percepções e classificações dos agentes e fixam probabilidades de ação.[12]

Pela mediação do *habitus* e de sua capacidade de "gerar" práticas classificáveis e classificadoras, o espaço social transmuta-se em espaço simbólico e as práticas dos agentes se tornam signos de distinção. O espaço simbólico é o espaço dos estilos de vida, definidos como conjuntos sistemáticos de preferências distintivas que expressam, na lógica específica a cada um dos campos (alimentação, vestuário, arte, linguagem), uma mesma intenção expressiva (Bourdieu, 2002, p. 173). Essas retraduções expressivas, que dão certa homogeneidade às práticas dos agentes de uma mesma classe independentemente de qualquer intencionalidade, decorrem de uma propriedade particular do *habitus*, qual seja, a *transponibilidade*. O

habitus produz continuamente transposições sistemáticas requeridas pelas condições particulares das práticas dos agentes. Essa unidade expressiva se mostra através do *gosto de classe*, a "fórmula geradora do estilo de vida", pois constitui "a propensão e a capacidade para se apropriar (material e simbolicamente) de um dado conjunto de objetos e práticas classificáveis e classificadoras" (*idem*, pp. 173-5; tradução própria). Nesse sentido, o *habitus* tende a produzir uma homologia entre o espaço simbólico e o espaço social, de forma que a hierarquia de estilos de vida se manifesta como uma retradução expressiva (embora não-reconhecida) das diferenças objetivas do espaço social.

As propriedades dos estilos de vida são constituídas *relacionalmente*, no interior das disputas em torno da apropriação de práticas e objetos disponíveis na sociedade. Tais disputas são, ao mesmo tempo, instrumentais e expressivas, pois os agentes se orientam para os objetos e práticas de um campo social em termos de estratégias de "maximização" do capital simbólico conformadas no interior das expectativas estruturadas pelo *habitus*. A "cristalização" do estado dessas lutas simbólicas em distintos estilos de vida tende a demarcar fronteiras simbólicas e sociais. Como salienta Bourdieu, o gosto é o "operador prático da transmutação das coisas em signos distintos e distintivos, de distribuições contínuas em oposições descontínuas" (*idem*, pp. 174-5; tradução própria).

Como podemos ver, as disputas simbólicas constituem a dimensão chave da "luta de classes" para Bourdieu. Estas são disputas essencialmente classificatórias e envolvem a definição do conteúdo (objetos e práticas) da cultura legítima, os modos legítimos de dele se apropriar e a hierarquização dos diferentes estilos de vida. Embora as disputas simbólicas sejam parcialmente condicionadas pelas propriedades objetivas do espaço social, elas também impactam sobre ele, delimitando fronteiras sociais (Wacquant, 1991). Por isso, a incorporação dessas propriedades através do *habitus* é, ao mesmo tempo, uma incorporação das classificações dominantes e, consequentemente, uma "naturalização" do mundo. Precisamente porque os agentes mobilizam os capitais acumulados nessas disputas simbólicas, as frações dominantes tendem a levar ampla vantagem sobre as demais frações de classe, tendo maior probabilidade de impor seus padrões de julgamento e classificação nos diversos campos sociais. Embora ocupando lugar central nas teorias marxistas como sujeito histórico de superação do capitalismo, as frações trabalhadoras se encontram, na teoria de Bourdieu, em situação extremamente desfavorável nas disputas em torno dos sistemas classificatórios que sustentam as relações de dominação de classe.

Embora não sem problemas,[13] o modelo teórico de Bourdieu permite construir uma perspectiva de análise de classe que avança em relação às demais em termos de sua capacidade de sintetizar dimensões da vida social. São distinguidos um espaço de posições sociais e um espaço de estilos de vida, cujas correspondências são mediadas pelo espaço das disposições. Nessa perspectiva, que enfoca os processos de formação de coletividades sociais, as atividades simbólicas são vistas como retraduções expressivas de condições de classe, ou seja, as diferenças de *status* expressam diferenças de classe (Weininger, 2004; Sallum Jr., 2005).

A apropriação da perspectiva analítica de Bourdieu se deu em duas linhas opostas. Nas Ciências Sociais norte-americanas, a teoria de classes de Bourdieu foi apropriada sob o foco da relação entre capital cultural e reprodução social. Seguindo um dos argumentos centrais de *Distinction*, buscou-se examinar em que medida, na sociedade norte-americana, as práticas culturais têm efeitos classificatórios que demarcam fronteiras simbólicas e sociais (Lamont e Molnár, 2002). Aos moldes de Bourdieu, concebe-se o capital cultural como disposições (estética kantiana) para apreciar e

consumir alta cultura (as formas culturais abstratas), definida segundo variáveis similares àquelas utilizadas por Bourdieu em sua pesquisa sobre a sociedade francesa (arte, literatura, ópera, música clássica, teatro etc.). Em geral, as pesquisas norte-americanas não encontraram evidências de padrões distintos e distintivos de classe quanto ao consumo de alta cultura. Com base nesses resultados, Halle (1991) argumenta que a alta cultura (no caso, o consumo da arte) não seria uma marca de classe importante na sociedade norte-americana. Lamont (1992), por sua vez, salienta que as fronteiras culturais não seriam tão relevantes quanto as fronteiras morais ou econômicas na formação de divisões sociais nessa sociedade.[14]

Entre os teóricos associados ao Programa de Nuffield, os trabalhos de Bourdieu foram igualmente apropriados em torno da relação entre cultura (educação) e reprodução social. Embora Goldthorpe e outros autores também sublinhem a persistência de diferenciais de progresso educacional em termos de posições de classe (Goldthorpe, 1996a; Breen e Goldthorpe, 1997, 1999, 2001; Goldthorpe, 2007a, 2007b), eles argumentam que as teorias culturalistas (entre as quais se insere a teoria de Bourdieu) são inadequadas para apreender esse fenômeno. Se, de acordo com essas teorias, o progresso educacional depende de capital cultural incorporado, que envolve longos investimentos geralmente iniciados no círculo familiar, então como poderíamos explicar a enorme expansão educacional das últimas décadas (do século XX) em sociedades capitalistas avançadas cujos principais beneficiários foram os indivíduos de origem social relativamente menos privilegiada? Com base em um modelo explicativo derivado da teoria da ação racional, argumenta-se que os diferenciais de classe quanto ao progresso educacional seriam produtos de *estratégias adaptativas*, racionalmente formuladas, diante de estruturas de oportunidades que constrangem diferencialmente as posições de classe, estratégias que buscam minimizar os riscos de mobilidade descendente (Goldthorpe, 2007a).

Ainda nesta linha de apropriação da teoria de Bourdieu como teórico da reprodução social, destacam-se também os trabalhos que criticam o retrato que o autor constrói das frações da classe trabalhadora francesa. Por estarem submetidos mais fortemente do que qualquer outra classe às pressões da necessidade material, Bourdieu insiste que os trabalhadores manuais são apenas referenciais negativos nas disputas simbólicas. Para alguns, esse retrato subestima a capacidade das frações populares de se organizarem de forma relativamente autônoma em relação aos centros de poder simbólico, desenvolvendo padrões próprios de gosto e julgamento (Alexander, 1995; Rupp, 1997; Devine e Savage, 2005; Vester, 2005).

Embora a reprodução social tenha um lugar central na teoria de classes de Bourdieu, ela também foi apropriada para dar conta de processos de mudança social, especialmente da relação cambiante entre classe e consumo no contexto da emergência da sociedade de consumo e da expansão das formas culturais "pós-modernas" (Lash, 1990; Featherstone, 1995; Warde, Martens e Olsen, 1999; Savage, 2000). Voltarei a este ponto adiante.[15]

A Análise de Classe ainda é Relevante para as Ciências Sociais?

Nos últimos anos, o debate em torno da relevância da análise de classes centrou-se sobre as mudanças associadas à emergência de novas formas de organização das relações sociais.

Em uma vertente desse debate, argumenta-se que, no contexto da transição para a sociedade pós-industrial, novas clivagens sociais (em torno de padrões de consumo, etnia, gênero etc.) tenderiam a emergir e a conformar mais fortemente a formação de identidades coletivas e preferências políticas. Nesse contexto, as divisões de classe se tornariam menos relevantes,

havendo, com isso, um "descolamento" entre classe e voto (Butler e Stokes, 1974; Crewe, Sarlvik e Alt, 1977; Clark, Lipset e Rempel, 1993; Pakulski e Waters, 1996; Clark e Lipset, 2001; Pakulski, 2001, 2004).

Contrariamente, alguns estudos tentam mostrar que as evidências empíricas que apoiam esse tipo de argumento são produzidas por perspectivas teóricas e estratégias metodológicas inadequadas. Em primeiro lugar, argumenta-se que os defensores da tese do "descolamento" entre classe e voto tomam como interlocutor uma perspectiva marxista de análise de classe,[16] cujas proposições mais ortodoxas foram abandonadas mesmo dentro do campo neomarxista (Wright, [1976] 1996) e que, ademais, não constitui a única opção dentro desse campo teórico (Goldthorpe, 1996b).

Em segundo lugar, a opção metodológica escolhida não permitiria captar adequadamente a relação classe-voto. Em geral, utiliza-se o Índice de Alford, cujo valor é dado pela porcentagem de trabalhadores manuais que votam em partidos de esquerda menos a porcentagem de trabalhadores não-manuais que votam nesses mesmos partidos. O problema é que esse índice baseia-se em esquemas dicotômicos de classe e partido, manual *versus* não-manual, esquerda *versus* direita. Entre outras coisas, isso impede que se diferencie processos de desalinhamento, de um lado, de processos de realinhamento entre classe e voto, de outro. Estes últimos podem resultar, por exemplo, do impacto de mudanças nas situações de trabalho e emprego sobre as preferências políticas de indivíduos em certas posições de classe ou de mudanças nas estratégias dos partidos políticos (Goldthorpe, 1996b, 1999; Heath e Weakliem, 1999; Weakliem, 2001). De fato, estudos comparativos internacionais que empregam uma opção metodológica distinta, operacionalizando a relação classe-voto com base em esquemas de classe não-dicotômicos e modelos estatísticos log-lineares, não têm encontrado evidências consistentes de atenuação do impacto da classe sobre o voto (Heath, Jowell e Curtice, 1985; Hout, Brooks e Manza, 1993; Heath e Weakliem, 1999; Goldthorpe, 1999).[17]

Em outra vertente desse debate, argumenta-se que as mudanças associadas à transição para a *alta modernidade* ou *modernidade tardia* (Beck, 1992; Lash e Urry, 1994; Giddens, 2002) ou *pós-modernidade* (Baudrillard, [1970] 1975; Jameson, 1994) teriam cindido a relação entre classe e consumo e, mais profundamente, atenuado (ou destruído) a determinação das classes sobre os processos sociais.

A transição para a *alta modernidade* envolveria mudanças profundas nas relações entre estrutura e agência. A libertação dos indivíduos de contextos tradicionais de ação (entre elas, as classes sociais) seria acompanhada pela emergência de um novo regime de construção do eu: aquele baseado na reflexividade. Em um contexto de forte ampliação das oportunidades de escolha (e dos riscos associados a elas), produzida pela emergência de uma ordem social pós-tradicional, os atores sociais seriam crescentemente responsáveis pela construção de trajetórias de vida em termos de uma biografia do eu. Segundo Giddens (2002, p. 79),

> [...] nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça [...] porque dão forma material a uma narrativa particular da autoidentidade.

A reflexividade na alta modernidade estaria relacionada, portanto, com a ampliação do leque de escolhas em torno dos estilos de vida e do planejamento da vida.

Entre os teóricos da pós-modernidade, afirma-se que a inflação e circulação rápida de bens e signos (e a separação destes em relação aos referentes), no contexto da emergência de um regime de significação baseado na figuração (Lash, 1990), podem colocar em risco a legibilidade dos bens e práticas usados como marcadores sociais. Nas condições da pós-modernidade, os indivíduos seriam livres para manipular os signos da cultura de consumo por livre associação, o que permitiria um posicionamento social apenas precário e instável dos indivíduos em termos de suas escolhas de consumo. A estabilização do sentido dos objetos culturais e a estruturação deles em formas hierárquicas relativamente estáveis, correlacionadas a divisões sociais em termos de classe ou outra categoria qualquer, se tornariam problemáticas. Isso implicaria uma implosão do espaço social e da lógica da distinção, um desaparecimento das velhas coordenadas do espaço social.[18]

Diferentemente, as formas culturais pós-modernas podem ser vistas como movimentos "novos" dentro do espaço social, associados à emergência de uma "nova" fração de classe (a dos intermediários ou especialistas culturais). Nesse sentido, a produção e expansão dessas formas culturais seriam o resultado de processos de longa duração que elevaram o número de especialistas culturais (especializados na produção de bens simbólicos) nas sociedades capitalistas avançadas. Sendo marcada por um *habitus* que valoriza uma atitude de aprendizagem perante a vida, de estetização da vida cotidiana e de relaxamento dos padrões formais de comportamento, essa fração de classe buscaria legitimar novos gostos e estilos de vida nas disputas simbólicas com outras frações de classe. No contexto dessas disputas, os especialistas culturais atuariam como intermediários entre o campo cultural e o campo das classes sociais, ampliando o leque de bens culturais disponíveis ao consumo e estimulando uma nova pedagogia e orientação em relação à vida, que valorizam a estetização da vida, a exploração emocional e a mistura de estilos e códigos (Featherstone, 1995; Lash, 1990). Nesse sentido, as imagens de desordem cultural (e seus *slogans*, como "nada de regras, apenas escolhas"), associadas às versões mais radicais do argumento pós-modernista, não implicariam exatamente a ausência total de controles ou determinações. Ao invés, tratar-se-ia de um descontrole controlado, em que hedonismo e cálculo instrumental se interpenetrariam:

> [...] assim, é possível falar no hedonismo calculista, no cálculo do efeito estilístico e numa economia das emoções, por um lado, e numa estetização da dimensão racional instrumental ou funcional, mediante a promoção de um distanciamento estetizante, por outro (Featherstone, 1995, p. 123).

Nesse sentido, a expansão de formas culturais "pós-modernas" (marcadas pela mistura de códigos e estilos, pelo pastiche, pela subversão de fronteiras simbólicas tradicionais etc.) estaria associada a estratégias de reposicionamento social e à emergência de novos marcadores sociais com base em estilos de vida marcados pela estetização da vida cotidiana, não implicando necessariamente a implosão do espaço social e da conexão entre classe e consumo. De forma similar, a ênfase sobre a *reflexividade* na teorização sobre a modernidade tardia ou alta modernidade poderia expressar as orientações de grupos sociais específicos (daqueles que, de fato, possuem as disposições e os recursos para fazer das "trajetórias de vida" a materialização de projetos do eu reflexivamente construídos), e não uma condição geral de um "novo" período histórico.[19] Em suma, talvez nem todos possam se tornar

> [...] os novos heróis da cultura de consumo [que] transformam o estilo num projeto

de vida e manifestam sua individualidade e senso de estilo na especificidade do conjunto de bens, roupas, práticas, experiências, aparências e disposições corporais destinadas a compor um estilo de vida" (Featherstone, 1995, p. 123).

Pesquisas recentes têm chegado a conclusões opostas quanto à conexão entre classe e consumo. De um lado, um dos principais expoentes do Programa de Nuffield, John Goldthorpe, produziu recentemente um conjunto de artigos, com Tag Wing Chan, sublinhado a importância da distinção postulada por Weber entre classe e *status* (Goldthorpe e Chan, 2005, 2006, 2007a, 2007b). Contrariamente a Bourdieu, os autores argumentam que *status* e classe estruturam aspectos diferentes da ordem de estratificação social e impactam sobre as chances de vida individuais através de mecanismos distintos. Enquanto a classe constituiria o principal fator a conformar as chances de vida no mercado (Goldthorpe e McKnight, 2006), *status* se correlacionaria mais fortemente com padrões de consumo cultural e diferenças no estilo de vida (Goldthorpe e Chan, 2007b). De outro lado, alguns autores argumentam, aos moldes de Bourdieu, que a classe é um fator importante na estruturação das práticas de consumo e gostos culturais. Segundo eles, a relação entre classe e consumo deve ser investigada em termos de possíveis homologias entre o espaço social e o espaço simbólico. O uso dessas noções permitiria apreender o processo pelo qual as práticas de consumo demarcam fronteiras mutáveis nas relações sociais, possivelmente reordenando as relações de classe e os modos como essas se expressam no plano simbólico ao longo do tempo (Holt, 1998; Savage *et. al.*, 2005; Savage *et al.*, 2007).

A relevância da análise de classes tem sido sublinhada, nos últimos anos, por inúmeras tentativas de reformulá-la ou reconstruí-la, como em McNall, Levine e Fantasia (1991), Grusky e Sorensen (1998), Sorensen (2000), Eder (2002) e Grusky e Galescu (2005), entre outros. Não há espaço para tratá-las em detalhes aqui. Note-se, simplesmente, que foram feitas importantes tentativas de sintetizar perspectivas teóricas (Scott, 1996; Sallum Jr., 2005). Nessa busca de síntese, a noção de coletividade social tem ganhado cada vez mais relevância. Creio que há duas formas principais sob as quais essa noção aparece nos estudos de classe.

Em uma delas, ela é usada para dar conta dos padrões regulares de ação que emergem das orientações racionais de indivíduos que controlam tipos e quantidades similares de recursos e enfrentam pressões condicionais similares. Esse tipo de coletividade é formado *mecanicamente* (Breen e Rottman, 1995).

Outra forma de conceber a formação de coletividades de classe busca incorporar os modos como os indivíduos se interpenetram em termos da internalização de estruturas. Isso pode ser observado em alguns estudos de classe no campo neoweberiano. Neles, sublinha-se que os indivíduos que ocupam uma posição de classe podem vir a compartilhar valores, orientações normativas ou imagens de mundo no contexto de processos de formação demográfica e sociopolítica, dando origem a classes sociais constituídas como coletividades (Lockwood, [1960] 1996, [1966] 1996; Goldthorpe e Lockwood, [1963] 1996; Goldthorpe, Llewellyn e Payne, 1987; Scott, 1996). No caso da perspectiva de Bourdieu, vimos como os atores que ocupam uma mesma região do espaço social, do ponto de vista sincrônico e diacrônico, têm alta probabilidade de compartilhar esquemas de ação e classificação devido à internalização das propriedades relacionais do espaço social. A meu ver, é esta última perspectiva teórica que tem influenciado as tentativas mais instigantes de investigar o processo de formação de coletividades de classe atualmente.[20]

Notas

1 Destaco um conjunto de estudos comparativos, denominado Casmin (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Societies*) e coordenado por John Goldthorpe e Walter Muller em meados dos anos 1980. No Brasil, os trabalhos de Goldthorpe inspiraram diversos estudos sobre classe e mobilidade, como o de Ribeiro e Scalon (2001), entre outros.

2 Para um contraponto, ver Goldthorpe e Hope (1974).

3 Nesse sentido, Giddens (1975) cunhou o conceito de estruturação para dar conta dos processos pelos quais relações tipicamente econômicas se transformam em sistemas estruturados de relações sociais baseados em classe. De forma semelhante, Lockwood ([1958] 1989) buscou captar os componentes materiais e simbólicos que estruturam a estratificação social ao propor um esquema analítico diferenciando classes em termos de três dimensões: econômica, relacional e normativa.

4 Ver, entre outros, Goldthorpe, Llewellyn e Payne (1987).

5 Para um contraponto, ver Goldthorpe ([1983] 1996).

6 Sua obra tem influenciado um conjunto de estudos comparativos internacionais nas últimas décadas. No Brasil, o trabalho de Wright foi incorporado em um estudo de Santos (2002).

7 Nesse sentido, diferem da "velha classe média", cujos membros não são nem empregados nem empregadores.

8 As relações de propriedade dos ativos organizacionais são operacionalizadas em termos de posições gerenciais e de supervisão. As primeiras se distinguem em termos do poder decisório sobre o processo produtivo. As posições de supervisão são definidas em termos do poder de supervisão sobre o trabalho alheio. A operacionalização do conceito de ativo de qualificação é mais complexa e depende de títulos ocupacionais, credenciais educacionais e de uma medida de autonomia no trabalho. Os especialistas (*experts*) incluem todos os profissionais, e os gerentes (por título ocupacional) e técnicos, ambos com título universitário. Os trabalhadores qualificados (*skilled workers*) incluem professores de escola, artesãos, gerentes e técnicos sem título universitário, e trabalhadores de escritório e de vendas com título universitário e autonomia no trabalho (Wright, 1989, pp. 141-54, 303-17).

9 Uma crítica semelhante poderia ser feita em relação aos trabalhos de Aage Sorensen (2000), em que exploração é definida como a apropriação de uma fatia do excedente social *maior* do que os custos associados à produção e reprodução dos ativos produtivos. Essa *sobrevalorização* ocorre com base em estratégias de fechamento social que restringem o acesso a esses ativos produtivos. Para uma crítica aos argumentos de Sorensen, ver Goldthorpe, 2000.

10 Para uma análise da apropriação da tradição sociológica clássica por Bourdieu, ver Brubaker (1985).

11 Bourdieu utiliza ocupações como indicadores das posições relativas no espaço social, pois elas frequentemente indicam – especialmente nas sociedades capitalistas – a participação relativa dos agentes na apropriação de capital cultural e econômico.

12 A noção de disposições enfatiza o caráter pré-reflexivo do princípio orientador das práticas sociais. Essa noção de prática segue uma tradição formada por filósofos como Heidegger, Merleau-Ponty e Wittgenstein, que situaram o ator em suas práticas, em contraposição a outra que o via fundamentalmente como um sujeito de representações (Taylor, 1993).

13 Não há espaço aqui para discutir em detalhes as principais críticas à teoria de Bourdieu. Por isso, remeto o leitor aos seguintes textos, que abordam questões centrais dessa teoria. Em Jenkins (1992) e Alexander (1995), argumenta-se que a teoria de Bourdieu falha em construir uma teoria *sintética* que supera as clássicas antinomias sociológicas. Sallum Jr. (2005) questiona a estreita conexão entre posição social e *habitus*. Bennett (2007) questiona a propriedade da transponibilidade do *habitus*.

14 Para um contraponto, ver Holt (1998).

15 De uma perspectiva distinta daquela de Bourdieu, Savage *et al.* (1992) constitui outra tentativa de conectar classe e práticas de consumo. Por sua vez, Thompson ([1968] 2004) faz um estudo que enfoca o processo de formação de classes do ponto de vista marxista.

16 Entre outros, ver Pakulski e Waters (1996).

17 Para uma visão geral desses debates, ver o conjunto de estudos em Evans (1999) e Clark e Lipset (2001).

18 Para diferentes versões desse argumento, ver Baudrillard ([1970] 1975) e Pakulski e Waters (1996).

19 Para argumentos semelhantes, ver Savage (2000) e Skeggs (2004).

20 Entre outros, ver Savage *et. al.* (2005); Savage *et al.* (2007) e Bennett *et al.*, 2009.O gasto federal em saneamento inclui o gasto direto da União e suas transferências aos estados, municípios e distrito federal, além do FGTS. Informações sobre o FGTS em 2006 não estão disponíveis nesta fonte. Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo, ver a ficha de qualificação e o anexo IV referente ao capítulo denominado "recursos" do IDB Brasil 2007, disponível em: <http//www.datasus.gov.br>.

Bibliografia

ALEXANDER, J. (1995), "The reality of reduction: the failed synthesis of Pierre Bourdieu", *in* _____, *Fin de siècle*. Relativism, reductionism and the problem of reason, Londres, Verso.

BAUDRILLARD, J. ([1970] 1975), *Sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.

BECK, U. (1992), *Risk society*. Londres, Sage.

BENNETT, T. (2007), "Habitus clivé: aesthetics and politics in the work of Pierre Bourdieu". *Literary History*, 38: 201-28.

BENNETT, T. *et al.* (2009), *Culture, class, distinction*. Nova Iorque, Routledge.

BLAU, P. M.; DUNCAN, O. R. (1967), *The American occupational structure*. Nova York, Wiley.

BOURDIEU, Pierre (2002), *Distinction*. A social critique of the judgment of taste. Cambridge, Harvard University Press.

_____. (2005a) *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus.

_____. (2005b) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BREEN, R.; GOLDTHORPE, J. (1997), "Explaining educational differentials: towards a formal rational action theory". *Rationality and Society*, 9: 275-305.

_____. (1999), "Class inequality and meritocracy: a critique of Saunders and an alternative analysis". *British Journal of sociology*, 50: 1-27.

_____. (2001), "Class, mobility and merit: the experience of two British cohorts". *European Journal of Sociology*, 17: 81-100.

BREEN, R.; ROTTMAN, D. (1995), *Class stratification: a comparative perspective*. Londres, Harvester Wheatsheaf.

BRUBAKER, R. (1985), "Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu". *Theory and Society*, 14: 745-75.

BURRIS, Val (1989), "New directions in class analysis", *in* E. O. Wright, *The debate on classes*, Londres, Verso.

BUTLER, David; STOKES, Donald (1974), *Political change in Britain: the evolution of the electoral choice*. 2. ed. Londres, MacMillan.

BUTLER, Tim; SAVAGE, Mike (orgs.) (1995), *Social change and the middle classes*. Londres, UCL Press.

CARCHEDI, G. (1977), *On the economic identification of social classes*. Londres, Routledge; Boston, Kegan Paul.

CLARK, T.; LIPSET, S. M.; REMPEL, M. (1993), "The declining significance of class". *International Sociology*, 8: 293-316.

CLARK, T.; LIPSET, S. (orgs.) (2001), *The breakdown of class politics – a debate on postindustrial stratification*. Washington, D.C., Woodrow Wilson Center Press.

CREWE, I.; SARLVIK, B.; ALT, J. (1977), "Partisan dealignment in Britain 1964-1974". *British Journal of Political Science*, 7: 129-90.

CROMPTON, Rosemary (1995), "Women's employment and the 'middle class'", *in* T. Butler; M. Savage (orgs.), *Social change and the middle clases*, Londres/Nova York, Routledge.

_____. (1996), "Gender and class analysis", *in* D. Lee; B. Turner (orgs.), *Conflicts about class*, Londres, Longman Group.

_____. (2003), *Class and stratification*. An introduction to current debates. 2. ed. Cambridge, Polity Press.

CROMPTON, Rosemary; GUBBAI, Jon (1977), *Economy and class structure*. Londres, MacMillan.

DAVIS, K.; MOORE, W. ([1945] 1996), "Some principles of stratification", *in* John Scott (org.), *Class*. Critical concepts, vol. II, Londres/Nova York, Routledge.

DEVINE, F.; SAVAGE, M. (2005), "The cultural turn, sociology and class analysis", *in* F. Devine; M. Savage; J. Scott; R. Crompton (orgs.), *Rethinking class*. Culture, identities and lifestyle, Hampshire, Nova York, Palgrave, Macmillan.

EDER, Klaus (2002), *A nova política de classes*. São Paulo, Edusc.

EDGELL, Stephen (1993), *Class*. Key ideas. Londres/Nova York, Routledge.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John (1992), *The constant flux*. Oxford, Clarendon Press.

_____. (2002), "Intergenerational inequality: a sociological perspective", *The Journal of Economic Perspectives*, 16: 31-44.

EVANS, G. (1992), "Testing the validity of the Goldthorpe class schema". *European Sociological Review*, 8: 211-32.

EVANS, G. (org.), (1999), *The end of class politics? Class voting in comparative context*. Oxford, Oxford University Press.

FEATHERSTONE, M. (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo, Studio Nobel.

GIDDENS, Anthony (1975), *Estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (2002), *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GOLDTHORPE, John ([1983] 1996), "Women and class analysis: in defense of conventional view", *in* J. Scott (org.), *Class*. Critical concepts, vol. II, Londres/Nova York, Routledge.

_____. (1995), "The service class revisited", *in* T. Butler; M. Savage (orgs.), *Social change and the middle classes*, Londres/Nova York, Routledge.

_____. (1996a), "Class analysis and the reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment". *British Journal of Sociology*, 45: 481-505.

_____. (1996b), "Class and politics in advanced industrial societies", *in* D. Lee; B. Turner (orgs.), *Conflicts about class*, Londres, Longman.

_____. (1999), "Modelling the pattern of class voting in British elections, 1964-1992", *in* G. Evans. (org.), *The end of class politics?* Class voting in comparative context, Oxford, Oxford University Press.

_____. (2000), "Rent, class conflict, and class structure: a commentary on Sørensen". *American Journal of Sociology*, 105: 1572-82.

_____. (2007a), *On Sociology*. 2. ed. Stanford, Stanford University Press. 2 vols.

_____. (2007b), "Cultural capital: some critical observations". *Sociologica*, 2: 1-23.

GOLDTHORPE, J.; CHAN, T. W. (2005), "The social stratification of theatre, dance and cinema attendance". *Cultural Trends*, 55: 193-212.

_____. (2006), "Social stratification and cultural consumption: music in England". *European Sociological Review*, 23: 1-19.

_____. (2007a), "Social stratification and cultural consumption: the visual arts in England". *Poetics*, 35: 168-90.

_____. (2007b), "Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance". *American Sociological Review*, 72: 512-32.

GOLDTHORPE, John H.; HOPE, Keith (1974), *The social grading of occupations: a new approach and scale*. Oxford, Claredon Press.

GOLDTHORPE, John H.; LLEWELLYN, Catriona; PAYNE, Clive (1987), *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford, Claredon Press.

GOLDTHORPE, John; LOCKWOOD, David ([1963] 1996), "Affluence and the British class structure", *in* John Scott (org.), *Class*. Critical concepts, vol. II, Londres/Nova York, Routledge.

GOLDTHORPE, John; MARSHALL, Gordon ([1992] 1997), "The promising future of class analysis", *in* G. Marshall, *Repositioning class*. Social inequality in industrial societies, Londres, Sage.

GOLDTHORPE, John; McKNIGHT, Abigail (2006), "The Economics Basis of Social Class", *in* S. L. Morgan *et al.* (orgs.), *Mobility and inequality*. Frontiers of research in sociology and economics, Stanford, Stanford University Press.

GRUSKY, D.; GALESCU, G. (2005). "Is Durkheim a class analyst?", *in* J. Alexander; P. Smith (orgs.), *The Cambridge Companion to Durkheim*, Cambridge, Cambridge University Press.

GRUSKY, D.; SORENSEN, J. (1998), "Can class analysis be salvaged?". *American Journal of Sociology*, 103: 1187-234.

GUIMARÃES, A. S. (1999), "Classes sociais", *in* S. Miceli (org.), *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1970-1995)*, 2. ed. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs; Brasília, Capes.

HALLE, David (1991), "Bringing materialism back in: art in the houses of the working and middle classes", *in* S. McNall; R. Levine; R. Fantasia (orgs.), *Bringing class back in*. Contemporary and historical perspective, Oxford, Boulder; San Francisco, Westview Press.

HEATH, A.; JOWELL, R.; CURTICE, J. (1985), *How Britain votes*. Oxford, Pergamon.

HEATH, A.; WEAKLIEM, D. (1999), "The secret life of class voting: Britain, France, and the USA since the 1930s", *in* G. Evans (org.), *The end of class politics?* Class voting in comparative context, Oxford, Oxford University Press.

HOLT, Douglas (1998), "Does cultural capital structure American consumption?". *Journal of Consumer Research*, 25: 1-25.

HOUT, M.; BROOKS, C.; MANZA, J. (1993), "The persistence of classes in post-industrial societies". *International Sociology*, 8: 259-77.

JAMESON, Fredric (1994), *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática.

JENKINS, Peter (1992), *Pierre Bourdieu*. Londres, Nova York, Routledge.

KURZ, Karin; MULLER, Walter (1987), "Class mobility in the industrial world". *Annual Review of Sociology*, 13: 417-42.

LAMONT, Michèle (1992), *Money, morals and manners – The culture of the French and the American middle class*. Chicago, The University of Chicago Press.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág (2002), "The study of boundaries in social sciences". *Annual Review of Sociology*, 28: 167-95.

LASH, S. (1990), *The sociology of postmodernism*. Londres, Routledge.

LASH, S.; URRY, J. (1994), *Economies of sign and space*. Londres, Sage.

LOCKWOOD, David ([1958] 1989), *The blackcoated worker*. A study in class consciousness. 2. ed., Oxford, Clarendon.

_____. ([1960] 1996), "The 'new working class'", *in* John Scott (org.), *Class. Critical concepts*. Vol. IV, Londres/Nova York, Routledge.

_____. ([1966] 1996), "Sources of variation of working class images of society", *in* J. Scott (org.), *Class*. Critical concepts. Londres/Nova York, Routledge.

_____. ([1981] 1988), "The weakest link in the chain?", *in* D. Rose, *Social stratification and economic change*, Londres, Unwin Hyman.

_____. (1992), *Solidarity and Schism*. Oxford, Clarendon Press.

LOCKWOOD, David *et al.* (1969), *The affluent worker in the class structure*. Cambridge, Cambridge University Press.

MARSHALL, Gordon *et al.* (1989), *Social class in modern Britain*. Londres, Routledge.

_____. (1997), *Repositioning class – social inequality in industrial societies*. Londres, Sage.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*. 150 anos depois. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

McNALL, S.; LEVINE, R.; FANTASIA, R. (orgs.) (1991), *Bringing class back in*. Contemporary and historical perspective. Oxford, Boulder; San Francisco, Westview Press.

MURPHY, R. (1988), *Social closure*. The theory of monopolization and exclusion. Oxford, Clarendon Press.

OFFE, Klaus (1985), "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research*, 52: 817-68.

PAKULSKI, J. (2001), "Class paradigms and politics", *in* T. Clark; S. Lipset (orgs.), *The breakdown of class politics – a debate on postindustrial stratification*, Washington, D.C., Woodrow Wilson Center Press.

_____. (2004), "Foundations of a post-class analysis". Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>.

PAKULSKI, J.; WATERS, M. (1996), "The reshaping and dissolution of social class in advanced society". *Theory and Society*, 25: 667-91.

PARKIN, Frank (1975), *Class inequality and political order*: social stratification in capitalist and communist societies. Londres, Paladin.

PARSONS, T. (1964), *Essays in sociological theory*. Nova York, Free Press; Londres, Collier-Macmillan.

POULANTZAS, Nicos (1979), *Class in contemporary capitalism*. Londres, New Left Books.

RIBEIRO, Carlos Antonio C.; SCALON, Maria Celi (2001), "Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada". *Dados*, 44: 53-96.

ROEMER, John (1982), *A general theory of exploitation and class*. Cambridge, Harvard University Press.

RUPP, J. (1997), "Rethinking cultural and economic capital", *in* J. Hall (org.), *Reworking class*, Nova York, Cornell University Press.

SALLUM Jr., Brasilio (2005), "Classes, cultura e ação coletiva". *Lua Nova*, 65: 11-42.

SANTOS, José A. F. (2002), *Estrutura de posições de classes no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Ucam.

SAVAGE, Mike (1988), "The missing link? The relationship between spatial mobility and social mobility". *British Journal of Sociology*, 39: 554-77.

_____. (2000), *Class analysis and social transformation*. Buckingham, Open University Press.

SAVAGE, Mike *et al.* (1992), *Property, bureaucracy and culture*. Middle-class formation in contemporary Britain. Londres; Nova York, Routledge.

SAVAGE, Mike; WARDE, Alan; DEVINE, Fiona (2005), "Capitals, assets, and resources: some critical issues". *The Birtish Journal of Sociology*, 56: 31-47.

SAVAGE, Mike *et al.* (2005), "Cultural capital in the UK: a preliminary report using correspondence analysis". CRESC Working Paper, 4. Disponível em: <www. cresc.ac.uk>.

SAVAGE, Mike *et al.* (2007), "Class and cultural division in the UK". *CRESC Working Paper*, 40. Disponível em: <www. cresc.ac.uk>.

SCALON, M. C. (1999), *Mobilidade social no Brasil*: padrões e tendências. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj.

SCOTT, John (1996), *Stratification and power*: structures of class, status and command. Cambridge, Polity Press.

_____. (2000), "If class is dead, why won't it lie down?". Disponível em: <http://privatewww.essex.ac.uk/~scottj/paperslist.htm>.

_____. (2002), "Social class and stratification in late modernity". *Acta Sociologica*,45: 23-35.

SCOTT, John; MORRIS, Lydia (1996), "The attenuation of class analysis: some comments on G. Marshall, S. Roberts and C. Burgoyne, 'Social class and the underclass in Britain in the USA'". *The British Journal of Sociology*, 47: 45-55.

SILVA, Nelson (1999), "Mobilidade social", *in* S. Miceli (org.), *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1970-1995)*, 2. ed. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs; Brasília, Capes.

SKEGGS, B. (2004), *Class, self, culture*. Londres, Routledge.

SORENSEN, Aage (2000), "Towards a sounder basis for class analysis". *The American Journal of Sociology*, 105: 1523-58.

TAYLOR, Charles (1993), "To follow a rule...", *in* C. Calhoun; E. Lipuma; M. Postone (orgs.), *Bourdieu*. Critical perspectives, Cambridge, Polity Press.

THOMPSON, E. P. ([1968] 2004), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TREIMAN, David (1977), *Occupational prestige in comparative perspective*. Nova York, Academic Press.

VESTER, M: (2005), "Class culture in Germany", *in* F. Devine; M. Savage; J. Scott; R. Crompton (orgs.), *Rethinking class*. Culture, identities and lifestyle, Hampshire; Nova York, Palgrave Macmillan.

WACQUANT, Loic (1991), "Making class: the middle class(es) in the social theory and social structure", *in* S. McNall; R. Levine; R. Fantasia (orgs.), *Bringing class back in*. Contemporary and historical perspective, Oxford, Boulder; San Francisco, Westview Press.

WARDE, A.; MARTENS, L.; OLSEN, W. (1999), "Consumption and the problem of variety: cultural omnivorousness, social distinction and dining out." *Sociology*, 33: 105-27.

WEAKLIEM, D. (2001), "Social class and voting: the case against decline", *in* T. Clark; S. Lipset (orgs.), *The breakdown of class politics* – a debate on postindustrial stratification, Washington, D.C., Woodrow Wilson Center Press.

WEBER, Max (1982), *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

WEININGER, Elliot (2004), "Foundations of Bourdieu's class analysis". Disponível em: <www.ssç.wisc.edu/~wright/>.

WITZ, A. (1995), "Gender and social class formation", *in* T. Butler; M. Savage (orgs.), *Social change and the middle clases*, Londres/Nova York, Routledge.

WRIGHT, Erik O. ([1976] 1996), "Class boundaries in advanced capitalist societies", *in* J. Scott (org.), *Class*. Critical concepts, vol. II, Londres/Nova York, Routledge.

_____. (1985), *Classes*. Londres, Verso.

_____. (1989), *The debate on classes*. Londres, Verso.

_____. (1996), "The continuing relevance of class analysis", *Theory & Society*, 28: 693-716.

_____. (1997), *Class counts*. Comparative studies in class analysis. Nova York, Cambridge University Press.

Artigo recebido em abril/2007
Aprovado em janeiro/2009

Resumo

As Classes na Teoria Contemporânea

O presente artigo investiga as principais perspectivas de análise de classe que têm influenciado a pesquisa sociológica contemporânea. Após o exame dos mais importantes estudos produzidos nos últimos anos, busca avançar na análise que enfatize a concepção de classe como coletividades sociais.

Palavras-chave: Classe social; Coletividade social; Estilo de vida; Cultura; Economia; Práticas classificatórias; Ação coletiva.

Abstract

Classes in the Contemporary Theory

The present article investigates the main perspectives of class analyses that have influenced the contemporary sociological research. After examining the most relevant studies produced in the past years, we aim at advancing in the analysis that emphasizes the conception of class as social collectivities.

Keywords: Social class; Social collectivity; Lifestyle; Culture; Economy; Classificatory practices; Collective action.

Resumé

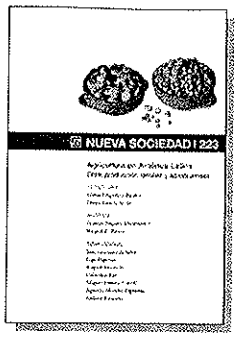
Les Classes dans la Théorie Contemporaine

Le présent article consiste en une recherche des principales perspectives d'analyse de classe qui ont influencé la recherche sociologique contemporaine. Après un examen des études les plus importantes produites au cours des dernières années, nous avançons sur l'analyse qui met l'accent sur la conception de classe en tant que collectivités sociales.

Mots-clés: Classe sociale; Collectivité sociale; Style de vie; Culture; Économie; Pratiques classificatoires; Action collective.

NUEVA SOCIEDAD
www.nuso.org

Director: Joachim Knoop
Jefe de redacción: José Natanson



Agricultura en América Latina

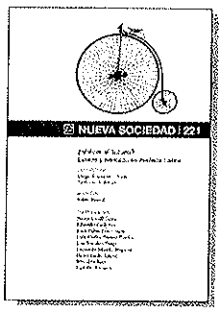
***Entre producción familiar y* agrobusiness**

223
SEPTIEMBRE-OCTUBRE 2009

COYUNTURA: **Gabriel Aguilera Peralta.** Cuba y la OEA. Apuntes de una larga y complicada relación. **Diego García-Sayán.** Crisis económica global: impactos económicos y políticos en América Latina.

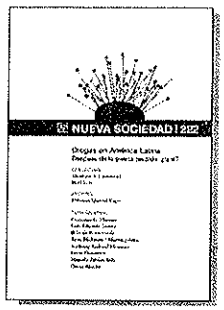
APORTES: **Frances Negrón-Muntaner / Raquel Z. Rivera.** Nación Reggaetón.

TEMA CENTRAL: **José Graziano da Silva.** Un *New Deal* para la agricultura. **Ugo Pipitone.** Tres (breves) historias agrarias. Oaxaca, Kerala, Sicilia. **Raquel Alvarado.** La expansión forestal en el Cono Sur. Políticas públicas, intereses transnacionales y transformaciones territoriales. **Cristóbal Kay.** La persistencia de la pobreza rural en Honduras, Nicaragua y Bolivia: un fracaso del neoliberalismo. **Miguel Urioste F. de C.** La «revolución agraria» de Evo Morales: desafíos de un proceso complejo. **Agustín Morales Espinoza.** La cuestión agroalimentaria en Venezuela. **Arilson Favareto.** La nueva ruralidad brasileña. Lo que cambió (y lo que no cambió) en el ámbito rural.



221
MAYO-JUNIO 2009

¿Volver al futuro?
Estado y mercado en América Latina



222
JULIO-AGOSTO 2009

Drogas en América Latina
Después de la guerra perdida, ¿qué?

PAGOS: Solicite precios de suscripción y datos para el pago a <info@nuso.org> o <distribucion@nuso.org>.

EN NUESTRO PRÓXIMO NÚMERO
Crisis en América Latina